conversas em
PSICOLOGIA
ISSN 2764-5053

Recebido em:09/09/2025
Publicado em:02/09/2026
DOI: https://doi.org/10.33872/conversaspsico.v7n1.e007

O PAPEL DO ORIENTADOR PROFISSIONAL CLÍNICO NO DIRECIONAMENTO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO PARA A ESCOLHA DA PROFISSÃO

Camily Vitoria Marques Gonçalves[1] Orcid: 0009-0001-7717-3634
Fernanda Toledo Barros Silva[2] Orcid: 0009-0002-9368-2663
Leticia Fiaux Zanolli[3] Orcid: 0009-0003-0225-3570
Maria Adelaide Pessini[4] Orcid: 0000-0003-3743-6740

RESUMO. Neste artigo, apresenta-se uma pesquisa de revisão bibliográfica, fundamentada na Análise do Comportamento, com o objetivo de investigar e discutir as contribuições da orientação no direcionamento de jovens quanto à escolha profissional. Observa-se que o ensino médio constitui uma etapa importante na preparação para o mundo do trabalho, no desenvolvimento do adolescente e na escolha de uma profissão. Nesse período, os jovens vivenciam diferentes mudanças e desafios, que podem influenciar suas decisões e dificultar a definição de uma área de formação ou atuação. Verifica-se, ainda, que o processo de orientação e o papel do orientador profissional são facilitadores na compreensão das variáveis que intervêm no momento da escolha profissional. Conforme elucida a pesquisa, no ensino médio, muitos dos alunos são jovens, público mais vulnerável às dificuldades para solucionar o problema da escolha da profissão, somado a outros desafios inerentes a esse momento da vida. Nesse sentido, a orientação profissional clínica possibilita: desenvolver o autoconhecimento, ampliar o conhecimento sobre a realidade profissional, identificar interesses e possibilidades e ampliar o repertório comportamental necessário para a tomada de decisão, contribuindo para que o jovem realize uma escolha mais consciente, reflexiva e madura.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Comportamento; jovens; orientação profissional clínica.

THE ROLE OF THE CLINICAL PROFESSIONAL COUNSELOR IN GUIDING HIGH SCHOOL STUDENTS IN THEIR CAREER CHOICES

[1]Graduanda em psicologia pela Universidade Paranaense (UNIPAR). E-mail: camily.marques@edu.unipar.br.
[2]Graduanda em psicologia pela Universidade Paranaense (UNIPAR). E-mail: fernanda.barros@edu.unipar.br.
[3]Graduanda em psicologia pela Universidade paranaense (UNIPAR). E-mail: leticia.zanolli@edu.unipar.br.
[4]Mestre em psicologia social e da personalidade (PUC-RS). Docente na graduação em psicologia e na pós-graduação em Avaliação Psicológica da Universidade Paranaense (UNIPAR). E-mail: pessini@prof.unipar.br.

conversas em
PSICOLOGIA
ISSN 2764-5053

ABSTRACT. This article presents a literature review research, grounded in Behavior Analysis, with the aim of investigating and discussing the contributions of guidance in helping young individuals make informed career choices. It is noted that high school plays an essential role in preparing students for the world of work, in adolescent development, and in the process of selecting a profession. During this period, young people experience different changes and challenges that may influence their decisions and make it difficult to define an area of training or professional activity. It is also verified that the guidance process and the role of the professional advisor facilitate the understanding of the variables that intervene in the process of career choice. As the research elucidates, in high school, many of the students are young, people a group more vulnerable to the difficulties of choosing a profession, in addition to other challenges inherent to this stage of life. In this sense, clinical career guidance enables individuals to develop self-awareness, expand their knowledge of the professional world, identify interests and possibilities, and broaden the behavioral repertoire necessary for decision-making, contributing to a more conscious, reflective, and mature choice.

KEYWORDS: Behavior Analysis; young people; clinical professional guidance.

Introdução

É de suma importância refletir sobre o processo de Orientação Profissional (OP) na modalidade clínica, cuja intervenção psicológica se caracteriza como breve, com tempo e objetivos muito bem delimitados conforme as necessidades do orientando, logo, suas implicações na prevenção do adoecimento e na promoção da saúde psicológica adquirem um papel psicoprofilático. A OP busca prevenir o adoecimento em consequência dos sofrimentos gerados pelos conflitos da escolha profissional, que se manifestam de diversas formas, como: ansiedade, angústia, medo, insegurança, insatisfação, frustração etc. Abrange esse propósito dando ênfase ao sujeito enquanto ativo no processo, e concebe o orientador como o profissional capaz de facilitar a compreensão de todas as variáveis (pessoais, profissionais e da tomada de decisão) que intervêm no momento da escolha profissional.

Nesse processo, é fundamental enfatizar o papel do orientador profissional no auxílio do desenvolvimento do autoconhecimento do orientando, assim como na busca

da identidade profissional e no planejamento do projeto de vida, seguindo sua atual realidade e possibilidades. A orientação também possibilita a reflexão sobre os fatores que influenciam na tomada de decisão, com o objetivo de minimizar ou evitar possíveis sofrimentos.

Considerando os desafios inerentes ao período da escolha profissional, reforça-se a importância da orientação profissional clínica desempenhada por um profissional competente, auxiliando jovens inseridos no ensino médio em busca de uma profissão, em uma fase atrelada a incertezas e grandes expectativas, que podem resultar em adoecimento psicológico. Ademais, a adolescência é um período marcado pela construção da identidade, em que os meios social, econômico e familiar têm grande influência sobre o sujeito, principalmente em suas escolhas.

Busca-se, então, com este estudo, analisar e discutir as contribuições da orientação profissional no direcionamento de jovens no processo de decisão com um olhar teórico da Análise do Comportamento (AC).

Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizada uma revisão bibliográfica, contemplando artigos científicos, livros e documentos legais relevantes à orientação profissional, ao processo de escolha profissional, à adolescência e à Análise do Comportamento. A seleção dos materiais teve como foco estudos e produções teóricas que oferecessem subsídios para a compreensão do processo de escolha profissional de jovens e para a discussão das contribuições da orientação profissional sob a perspectiva da Análise do Comportamento.

Ensino médio e o vínculo com a educação para o trabalho

Desde cedo, quando as crianças começam a desenvolver a habilidade linguística e adquirir um repertório de palavras, ao mesmo tempo em que possuem uma noção básica das profissões, passam a ser indagadas sobre qual será sua carreira futura durante suas interações sociais, sendo expostas a diversas brincadeiras e atividades de entretenimento semelhantes a práticas profissionais (Mesquita; Nunes; Souza, 2019).

Nas instituições de ensino não é diferente, são explorados os principais campos de conhecimento, exaltando datas comemorativas de profissões com maior prestígio social. Essa conduta é reconhecida e potencializada pela sociedade por meio da fortificação das relações entre trabalho e ensino, considerando a escola como espaço exemplar para estimular o desenvolvimento de competências, habilidades, capacidades, métodos e posicionamentos indispensáveis para a formação profissional. Todavia, essa afiliação tem por consequência a limitação do trabalho apenas como ocupação remunerada (Mesquita; Nunes; Souza, 2019).

As instituições educacionais têm desempenhado um papel fundamental no decorrer da história da humanidade. Desde suas origens, as práticas pedagógicas foram inicialmente direcionadas às classes mais privilegiadas (Schoen-Ferreira; Aznar-Farias; Silvares, 2010). Em uma sociedade em que o sistema econômico predominante é o capitalismo, pautado no acúmulo de riquezas, e partindo do pressuposto do trabalho como principal fonte de renda, preza-se pela autorrealização e pelo reconhecimento social.

Nesse contexto, é necessário examinar a participação das escolas quanto à preparação para o trabalho, abrangendo todos os níveis de formação. É perceptível o esforço e a evolução das instituições de ensino na educação básica para realizar um papel mais inclusivo, possibilitando a ampliação do acesso à educação e, assim, viabilizando o

alcance das populações mais desfavorecidas a esse direito fundamental (Mesquita; Nunes; Souza, 2019).

Considerando esses aspectos, práticas socioeducativas que contemplem o atual cenário social são indispensáveis, evidenciando a multiplicidade das contribuições das escolas no cotidiano, na preparação e no planejamento do futuro desses estudantes. Desse modo, o papel dos estabelecimentos de ensino não deve ser somente direcionado à preparação para vestibulares, mas deve contemplar conteúdos que envolvam: cultura, cidadania, política, finanças pessoais e orientação profissional.

Esses direitos foram assegurados mediante a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, ordinariamente conhecida como LDB. Dessa forma, a Lei instaura, na educação básica, em concordância ao que é proveitoso para cada nível de escolaridade, a orientação e a preparação para o trabalho (Brasil, 1996). Como mencionado no art. 22 da Lei citada, "a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores" (Brasil, 1996).

Na visão de Paulo Freire (1967), a educação é resultado da liberdade, nesse segmento, as instituições educativas possuem a responsabilidade de não somente transmitir habilidades profissionais, mas também fomentar a capacidade de análise, reflexão e ação transformadora, ou seja, o ensino só adquire bons resultados quando o estudante tem a liberdade de participar de forma crítica e independente, com autonomia para se expressar, questionar e interagir. Dessa forma, o processo de aprendizagem ocorre por meio da participação ativa nas atividades educacionais.

De acordo com Neiva (2003), em seu estudo "A maturidade para a escolha profissional: uma comparação entre alunos do ensino médio", os elementos que constituem a maturidade são desenvolvidos no decorrer dos três últimos anos de ensino, embora a determinação para a escolha profissional ocorra gradualmente nesse período. No entanto, a responsabilidade e o conhecimento de si se diferem, pois se intensificam na transição do primeiro para o segundo ano do ensino médio. Em contrapartida, o conhecimento da realidade profissional avança durante o segundo e o terceiro ano.

Sendo assim, Neiva (2003) destaca a relevância de projetos de OP dentro dos estabelecimentos de ensino, por compreender a importância do orientador profissional perante a temática. Compreende-se que para ampliar a eficiência desses programas, é necessário existir o incentivo dos aspectos fundamentais, conforme as necessidades apresentadas em cada período escolar. Nas etapas iniciais, segundo a autora, entre o primeiro e segundo ano, o autoconhecimento e a responsabilidade devem ser incentivados. Já no terceiro ano, dada a proximidade com o fim do ensino médio, deve ser destacado o conhecimento da realidade profissional, sendo o preparo para a tomada de decisão desenvolvida em todos os anos de ensino (Neiva, 2003).

Dessa forma, independentemente de projetos de OP nos estabelecimentos de ensino na educação básica, é primordial considerar os adolescentes como pessoas vulneráveis a grandes desafios e dificuldades no momento da escolha profissional. É necessário compreender a circunstância pela qual estão passando, a da escolha profissional, associada ao momento de vida (adolescência).

Considerações acerca da adolescência e a escolha da profissão

A conceituação da adolescência é algo construído no decurso do desenvolvimento humano (Barbosa-Silva; Pereira; Ribeiro, 2021). Em uma breve recapitulação da historicidade do conceito, até o fim do séc. XIX, a adolescência é marcada por uma lacuna, pois havia uma falta de reconhecimento de uma fase transitória entre a infância e a idade adulta. Dessa forma, compreendia-se que a passagem da criança para a vida adulta ocorria sem intervalo (Ferreira; Nelas, 2016).

A partir de um aprofundamento na temática, verifica-se que nas civilizações antigas existiam cerimônias para simbolizar essas mudanças. Essas cerimônias tinham, por caráter, ritos que representassem a passagem para a vida adulta e o incitamento à responsabilidade que os indivíduos deveriam deter (Ferreira; Nelas, 2016).

Nas sociedades antigas, como na Pérsia e em Atenas, também eram realizadas cerimônias para evidenciar que os jovens rapazes passavam a ser aptos ao trabalho e a servirem o Estado (Ferreira; Nelas, 2016). Já as moças eram educadas para serem boas mães e donas de casa, "via-se a fase da puberdade como um período de preparação para os afazeres da vida adulta: no caso do sexo masculino, a guerra ou a política; no caso do sexo feminino, a maternidade" (Schoen-Ferreira; Aznar-Farias; Silvares, 2010, p. 228).

No decorrer dos séculos, por mais que haja um avanço social, a terminologia compreendida hoje como adolescência só começa a ser estruturada a partir da primeira Revolução Industrial, que ocorreu entre os séculos XVII e XIX (Ferreira; Nelas, 2016). A ascensão do termo também se deu junto à evolução das máquinas industriais, que acarretou o impulsionamento da economia e, assim, do modo de produção e de vida, pois a população rural passou a residir nas cidades (Oliveira, 2017). Em decorrência disso, houve a transformação de vários conceitos, sendo um deles o de adolescência, que passa

a ser ponderada como uma fase fundamental no desenvolvimento humano (Ferreira; Nelas, 2016).

Ferreira e Nelas (2016, p. 144) citam que "a definição do conceito de adolescência é pouco consensual e complexa. Se é difícil marcar o seu início, maior é a dificuldade em identificar o seu final". Sendo assim, presume-se o seu fim quando o jovem adquire, em sua esfera pessoal, certa independência em relação às figuras parentais, refletindo o avanço no progresso da construção do próprio espaço identitário, pois terá desenvolvido seus próprios ideais e habilidades que promovam um relacionamento social maduro e estável com outros indivíduos.

Isso posto, cogita-se o seu começo entre os onze e doze anos, e o seu fim apenas quando o adolescente tenha alcançado êxito em atividades consideradas fundamentais no âmbito intelectual, social e sexual (Ferreira; Nelas, 2016).

A todo o momento, a forma como os indivíduos se relaciona com a vida e com os demais se modifica, ideias surgem, conceitos deixam de existir. Tratando-se de seres humanos, nada é imutável; estão em contínuo desenvolvimento e transformação, assim como o ambiente no qual se inserem está em constante mudança. Da mesma maneira, o conceito de adolescência também sofre alterações (Barbosa-Silva; Pereira; Ribeiro, 2021). Sendo assim, a adolescência passa não mais ser compreendida como uma fase de transição para a idade adulta, mas, tendo seu próprio significado e importância, como um período da vida (Schoen-Ferreira; Aznar-Farias; Silvares, 2010).

Atualmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8.069 de 1990, art. 2º, classifica como adolescente o indivíduo com faixa etária entre doze a dezoito anos. São sujeitos de direitos, sendo asseguradas, por Lei, as condições necessárias e a proteção integral de seu amadurecimento psicomotor (funções psíquicas e motoras), seus

princípios morais, sociais e espirituais. Ademais, é dever do Estado e de toda comunidade garantir a liberdade, o respeito e a dignidade da criança e do adolescente (Brasil, 1990).

Entretanto, Souza e Silva (2018) questionam a conceitualização da adolescência apenas como uma faixa etária que sublinha uma perspectiva biológica e se abstém das particularidades psicológicas e sociais, não desconsiderando sua relevância e participação no estudo sobre o desenvolvimento humano, principalmente no que se refere à maturação biológica, vista como essencial na construção do indivíduo. Para Malina, Bouchard e Bar-Or (2009, p. 21), a maturação biológica relaciona-se à evolução no que se refere à maturidade, examinada em *timing* e tempo:

> [...] *Timing* refere-se a um período em que ocorrem eventos de maturação específicos (por exemplo, idade no aparecimento de pelo púbico em meninos e meninas) ou a idade no crescimento máximo durante o crescimento adolescente acelerado. *Tempo* se refere à taxa (rate) na qual ocorrem os progressos de maturação (por exemplo, a velocidade com que o jovem passa dos estágios iniciais de maturação sexual ao estado maduro).

Todavia, devido à amplitude dessa fase, não desconsiderando em sua totalidade teorias do desenvolvimento humano sustentadas em um olhar biológico, com acontecimentos divididos por faixa etária, compreende-se que a padronização dessa etapa fortalece a disseminação de inverdades, colaborando com a rotulação da adolescência como um período de rebeldia e falta de controle com as emoções (Souza; Silva, 2018).

Em vista disso, muitas abordagens se inclinam a estudar a adolescência a partir da generalização de conteúdo, tornando-se, então, insuficientes. No entanto, a classificação por meio da idade auxilia para fins de planejamento e efetivação de políticas públicas. Dessa forma, a complexidade do desenvolvimento humano demanda a investigação detalhada desse período, em virtude da compreensão da amplitude de acontecimentos e das relações sociais que fazem parte da constituição do indivíduo (Souza; Silva, 2018).

Ademais, por se tratar de uma definição elaborada junto à historicidade humana, é essencial o debate sobre essa concepção, tendo em vista que, a partir dela, é possível identificar trajetos para direcionar a produção de práticas significativas a esses jovens, considerando suas particularidades e carências (Barbosa-Silva; Pereira; Ribeiro, 2021).

Em uma perspectiva comportamental, poucos são os estudos que abordam o desenvolvimento humano, propriamente por desconsiderar a unificação da adolescência como um processo semelhante para cada indivíduo. Esse fato esclarece as modificações que ocorrem nesse período por meio das interações entre as variáveis que compõem o comportamento humano, explicadas por meio do processo de aprendizagem (Freitas; Reis, 2017).

Marcada por transformações biológicas, psíquicas e sociais, a adolescência se caracteriza pela busca da identidade. Visualizada socialmente como uma fase de crises nas relações, em meio a tantas mudanças, a busca pela própria identidade e pelo conhecimento de si torna-se necessária, porque, nesse momento, o adolescente também está à procura de autonomia; fantasias, até então existentes, findam-se, refletindo a forma como esse indivíduo se relaciona. Nessa fase, surgem as primeiras dúvidas em relação à escolha profissional, sendo atribuído a esse ato uma grande responsabilidade por ser uma decisão que incide sobre o próprio futuro (Krawulski et al., 2000).

Schoen-Ferreira, Aznar- Farias e Silvares (2003) afirmam que o processo de desenvolvimento da identidade pessoal expressa a transição da adolescência para a vida adulta e, como efeito, surgem as incumbências pertinentes ao período vivenciado.

O jovem, durante tanto tempo protegido das dificuldades da vida, esperando ser suficientemente maduro para lidar com as contrariedades, entra em contato com uma geração já exausta das exigências sociais, que invejam o suposto descanso pelos mais

novos. Dessa forma, o adolescente fica dividido entre querer ser tratado como adulto e se manter jovem, usufruindo das vantagens da juventude (Valore; Viaro, 2007).

Analisando os conceitos abordados anteriormente sobre a adolescência, o jovem é inserido no mundo adulto tendo que conciliar suas próprias mudanças com os novos encargos, como a inserção profissional. Levenfus et al. (2002) discorrem sobre as principais temáticas presentes entre os estudantes do ensino médio, do primeiro ao terceiro ano, que refletem sua condição quanto à escolha profissional, entre elas: a tomada de decisão, o conhecimento profissional, as influências (social, familiar, amigos), o conhecimento de si, a identidade profissional, a iniciação no mundo do trabalho, a carreira profissional e a participação em provas com o objetivo de ingresso em instituições de ensino superior.

Com um olhar minucioso sobre essas temáticas, diversos são os adolescentes que as utilizam como parâmetros para a escolha profissional, considerando a afinidade com a profissão ou com aspectos intrínsecos a ela. A escolha de uma carreira/profissão é um ritual de passagem dos adolescentes para a vida adulta, rumo à trajetória de atuação no trabalho. No entanto, para muitos, é um momento de grandes desafios a serem enfrentados.

Na perspectiva clínica, a Orientação Profissional (OP) se constitui como uma modalidade de atuação *psi* que está situada em um modelo de intervenção psicológica breve, com tempo e objetivos limitados às necessidades do cliente no momento de escolha da profissão.

Orientação profissional segundo a análise do comportamento (AC) e o papel do orientador profissional

Como já mencionado, o processo de tomada de decisão quanto à área profissional por jovens é desafiador, marcado por angústias e incertezas, em geral, decorrentes da suposta sensação de que essa será uma escolha definitiva e imutável, além da imposição de se optar por uma carreira muito cedo, na adolescência ou ainda jovem.

Dessa forma, a orientação profissional é um importante recurso que auxilia adolescentes e jovens no processo de escolha, no intuito de desenvolver o autoconhecimento, possibilitar a reflexão sobre as influências dos meios familiares, sociais, econômicos e do mercado de trabalho, para que o adolescente disponha das condições necessárias para a manipulação das variáveis e, posteriormente, para realizar a tomada de decisão.

A Orientação Profissional (OP) tem seu início marcado pela influência da psicometria e da psicologia diferencial, época em que foram elaborados importantes testes voltados à avaliação da cognição, habilidades e aptidões (Brown; Brooks, 1996; Carvalho, 1995; Super; Bohn Junior, 1976 apud Sparta, 2003). A OP se preocupava em adequar o homem certo no lugar certo, nesse segmento, a OP passou a ser considerada um processo com grande teor diretivo em que o orientador deveria diagnosticar, prognosticar e, com base nesses aspectos, recomendar ao orientando carreiras ou profissões adequadas (Sparta, 2003).

A orientação profissional, nos princípios da Análise do Comportamento, apresenta diversas particularidades que a diferenciam de outras abordagens, como a utilização de estratégias com foco nos resultados, nesse caso, na tomada de decisão.

A Análise do Comportamento (AC) dá ênfase para a intervenção nas variáveis pessoais, profissionais e de tomada de decisão, e na sua influência sobre a escolha profissional, desconsiderando as abordagens que levam em conta somente as habilidades

ou o fato de um indivíduo nascer com dom para uma determinada profissão. O processo de orientação profissional na AC também aborda a relevância de um apropriado treinamento que pode vir a possibilitar o alcance das habilidades necessárias para a execução do trabalho. Além disso, a OP ressalta a importância do uso de reforçadores advindos de diferentes origens com a finalidade de obter modificações comportamentais e aumento na frequência dos comportamentos relacionados ao autoconhecimento e ao conhecimento sobre a realidade profissional, sendo essas etapas importantes no direcionamento para a escolha da profissão (Azrin; Flores; Kaplan, 1975; Azrin; Bezalel, 1980 apud Moura, 2018).

Ao tomar uma decisão, o indivíduo manipula variáveis que visam reforçar um determinado comportamento. Assim, considera a indecisão como algo conflitante e acrescenta que nenhum comportamento com essa característica será reforçado positivamente. Ao se analisar uma situação de forma minuciosa, maiores são as chances de ocorrer os reforços esperados na tomada de decisão (Skinner, 2003).

Na perspectiva da Análise Comportamental, a tomada de decisão é um comportamento operante, logo, manipula o ambiente para gerar consequências, causando, em decorrência, respostas semelhantes (Skinner, 2003). Em outras palavras, quanto ao comportamento, provavelmente, não há como identificar o que o antecede (Abade; Rocha, 2019).

Skinner (2003) aborda o condicionamento operante como um método de aprendizagem sustentado nos reforços positivos e negativos, que aumentam a probabilidade de ocorrência de uma determinada resposta. De acordo com o psicólogo e cientista:

> Através do condicionamento operante, o meio ambiente modela o repertório básico com o qual mantemos o equilíbrio, andamos, praticamos esporte, manejamos instrumentos e ferramentas, falamos, escrevemos, velejamos um barco, dirigimos um automóvel ou pilotamos um avião (Skinner, 2003, p. 72).

Essa perspectiva, junto às contribuições da AC, reafirma a ideia de vocação como algo que pode ser desenvolvido, sendo esse um efeito contínuo do processo de modelagem (Skinner, 2003).

Segundo Moreira e Medeiros (2019), a modelagem é um método que busca reforçar comportamentos parciais, por aproximações sucessivas, até a resposta final desejada. Esse procedimento se dá segundo as contingências de reforçamentos e as extinções de comportamentos irrelevantes ao comportamento final.

A modelagem, na OP, é entendida como responsável pelo construto comportamental do sujeito, seus interesses, gostos, aptidões, habilidades, constituindo-se como um processo contínuo, que pode ser desenvolvido. Dessa forma, a modelagem é responsável pelos novos comportamentos que passam a pertencer ao repertório comportamental do orientando (Moura, 2018).

Ademais, segundo Moura (2018), em seu trabalho "Orientação profissional: sob enfoque da Análise do Comportamento", o comportamento verbal tem uma expressiva influência nesse processo. Isso ocorre porque o comportamento de escolha está estritamente ligado à formulação, que em grande parte acontece verbalmente, não abstraindo somente o comportamento vocal, mas todo movimento capaz de afetar outro organismo (Skinner, 1978). Dessa forma, o comportamento verbal está associado ao comportamento governado por regras, que "[...] são estímulos discriminativos de um tipo especial: elas envolvem o comportamento verbal de uma pessoa, a pessoa que emite a regra" (Matos, 2001, p. 51).

Nessa perspectiva, o adolescente não possui controle sobre os acontecimentos futuros e as hipóteses reforçadoras atuais se mantêm em uma delicada relação com as possibilidades futuras. Logo, as contingências verbais imediatas exercem maior controle sobre o comportamento decisivo (Moura, 2018). Sendo assim, "se o controle verbal permeia todo o problema de decisão profissional, desde seu estabelecimento até sua resolução, pode-se afirmar, então, que o comportamento de se decidir é uma instância do comportamento governado por regras [...]" (Moura, 2018, p. 38).

Em suma, compreendendo a frágil relação do adolescente com as contingências futuras, cabe ao processo de OP proporcionar um contato com o contexto de vida atual do orientando e com a história do sujeito com a finalidade de analisar os reforçadores antecedentes da situação de escolha. Além disso, esse campo de estudo e atuação atenta-se às regras verbais, verificadas na forma como o sujeito se porta sobre a escolha e suas hipóteses frente a ela. Com isso, existe a probabilidade das decisões atuais aumentarem seus efeitos sobre os reforçadores futuros (Moura, 2018).

Segundo Moura (2018), a vocação, na perspectiva da análise comportamental, é compreendida como um grupo de comportamentos decorrentes do agrupamento entre as variáveis filogenéticas, isto é, está relacionada ao desenvolvimento dos comportamentos enquanto espécie humana; e ontogenéticas, que consistem no desenvolvimento e na manutenção de comportamentos de forma individual, ou seja, de forma única para cada indivíduo. Entende-se, nesse sentido, que o sujeito está exposto a essas variáveis desde o seu nascimento. "Assim, a vocação de uma pessoa é, socialmente, determinada pela combinação de sua história genética, familiar e cultural" (Moura, 2018, p. 32).

Ainda na perspectiva de Moura (2018), existe um conjunto de habilidades e, para elas, um conjunto de opções profissionais às quais o sujeito pode se adaptar, considerando

seus valores, anseios, nível socioeconômico e padrão de vida, cabendo ao profissional de OP intermediar o processo.

Diante dessas observações, se faz necessária a discussão das variáveis que permeiam o processo de tomada de decisão. Segundo Santos (2005), diversos fatores interferem na escolha profissional, desde características pessoais a fatores sociais e culturais, bem como a circunstância político-econômica do país no momento da decisão, pois esse é um aspecto que se reflete no mercado de trabalho.

Ademais, conforme Moura (2018) salienta, a etapa da seleção de carreira é marcada por dilemas e inquietações, principalmente quando atrelada à adolescência. Essa fase, por sua vez, apresenta suas próprias adversidades, e como mencionado anteriormente, destacam-se as mudanças físicas, psicológicas e sociais que acontecem de maneira simultânea.

Entende-se que a posição do adolescente é extremamente desafiadora, pois se encontra diante de uma nova circunstância que lhe é imposta, sendo levado à determinação da sua própria identidade e independência. Sendo assim, o jovem necessita se desprender dos valores normativos e das expectativas socioculturais, bem como das abordagens educativas, as quais, de certa forma, reproduzem essa cultura que impõe grandes expectativas sobre a população nessa faixa etária.

Ao vivenciar tantas mudanças imprescindíveis ao período, ter que definir um caminho profissional para seguir é uma questão conflitante, pois a decisão implica diretamente no futuro pessoal (Lara et al., 2005). Seguindo esse pressuposto, o orientador pode auxiliar na construção do projeto de vida do orientando, procurando minimizar o sofrimento nesse período que antecede a escolha. Isso porque a maior parte dos jovens pressupõe que só há um caminho correto a seguir e, após a decisão, não há como alterar

o seu percurso. Quando os jovens se prendem a essa narrativa, nota-se o aumento da dificuldade na hora de escolher, sendo esse outro ponto importante a ser desenvolvido com o adolescente nas sessões de orientação profissional, com o objetivo de se questionar essas convicções (Moura, 2018).

Melo-Silva, Oliveira e Coelho (2002) mencionam que propriamente por se tratar de uma fase exploratória e de constantes transições, como a aproximação da maioridade, é requerido do adolescente adquirir maior responsabilidade e compromisso frente aos seus deveres. À vista disso, o orientador profissional auxilia o jovem a se comprometer no planejamento de sua vida. De acordo com Melo-Silva, Oliveira e Coelho (2002, p. 46), "para escolher uma carreira, portanto, é necessário desenvolver a maturidade profissional, aprender a lidar com os obstáculos para superá-los". Para Cericatto, Alves e Patias (2017), a maturidade profissional está associada ao autoconhecimento, e a partir dela acontece o reforçamento para que o jovem passe a ser um bom profissional, satisfeito com a profissão exercida (Colombo; Prati, 2014).

Além disso, inúmeros jovens no momento da decisão profissional atrelam suas características pessoais à profissão e/ou ao curso que pretendem exercer (Albino et al., 2019), sendo a OP um caminho para o desenvolvimento do conhecimento de si e, por conseguinte, da autopercepção.

Dias e Soares (2007) ressaltam a importância de se desenvolver, conjuntamente durante as intervenções, o autoconhecimento, o conhecimento profissional e, em consequência, a tomada de decisão, tendo em vista que conhecer a si mesmo é fundamental não apenas para a escolha profissional, mas em diversos contextos da vida. Cabe ao orientador promover a percepção do sujeito sobre ele mesmo, quanto aos seus gostos, interesses, aptidões, expectativas e seus valores pessoais, para identificar e

manipular as variáveis que influenciam nesse processo, além de conseguir delimitar as variáveis úteis para o momento de escolha. O autoconhecimento possibilita a tomada de decisão de forma consciente, porque desenvolver o conhecimento de si permite ao jovem suprir suas incertezas, resultando na diminuição das inseguranças em razão da escolha profissional (Stavasz; Anjos; Iwanczuk, 2021).

Outro ponto significativo são as influências externas que o jovem sofre durante a escolha advindas principalmente do meio familiar. Nesse viés, para Santos (2005), a decisão profissional é fundamentada na realidade do orientando e de seu contexto social, que edifica suas vivências por meio da sugestão de familiares, amigos e outros.

A problemática em relação ao papel familiar na tomada de decisão se exterioriza não só pela fala dos pais, mas na dos próprios adolescentes, seja por meio da opinião expressa, seja pela imposição de uma determinada carreira profissional; fato é que a influência chega até o indivíduo, por vezes, mascarada ou direta (Almeida; Pinho, 2008).

Os pais tendem a projetar sobre seus filhos suas próprias idealizações, em alguns casos, pressionando-os a seguirem uma profissão já desempenhada pelos familiares ou a exercerem uma profissão almejada por eles no passado. Nesse sentido, colocam sobre o projeto de vida dos filhos suas próprias expectativas, julgando ser o melhor para eles, não notando como pode ser prejudicial essa atitude (Almeida; Pinho, 2008). Isso porque os jovens, nesse período, se encontram suscetíveis às interferências externas, designando a outros a responsabilidade por sua escolha.

Segundo Santos (2005, p. 63), o adolescente procura por suporte na família, pois "a família é um entre os vários facilitadores ou dificultadores do processo de escolha [...]". Em geral, é no meio familiar que se obtém apoio emocional e monetário para se iniciar a construção do planejamento de vida. Assim, o orientador profissional pode

contribuir no sentido de fornecer condições para o orientando reconhecer as influências que permeiam sua decisão, sendo essas conectadas ao ambiente no qual se relaciona. Nessa conjuntura, o orientador busca propiciar a reflexão frente a essas influências (Santos, 2005).

É importante destacar que a valorização social e econômica de determinadas profissões influencia direta e indiretamente na escolha dos adolescentes, pois, por meio delas, buscam ser reconhecidos. Independente da classe social ou o nível de escolaridade do sujeito, profissões como médico e advogado permanecerão sempre entre as mais prestigiadas e relevantes socialmente (Soares; Sestren; Ehlke, 2002). Da mesma forma, segundo as autoras, a remuneração é uma das principais demandas na hora de decidir, pois os jovens buscam por salário compatível com as atividades desempenhadas em uma determinada atividade ocupacional.

Atualmente, o mercado de trabalho passa por diversas transformações ocasionadas pelas mudanças que afetam o país no campo político-econômico, como também pela inserção de novas tecnologias, exigindo, a cada dia, mais qualificação profissional, essas mudanças atingem o jovem que busca a inserção no mundo do trabalho (Silva; Costa, 2019).

Essas exigências, em geral, são acarretadas pela "[...] globalização, aumento populacional e a introdução de novas tecnologias, especialmente nas áreas da comunicação e da informação." (Binotto; Nakayama, 2000, p. 12). A todo momento, com o crescente surgimento de novas profissões, assim como o desaparecimento de outras, verifica-se o aumento da comunicação, os impasses econômicos, o desemprego e a elevação da competitividade frente às vagas disponíveis. São mudanças que produzem modificações significativas na relação entre os indivíduos e sua ocupação profissional,

tendo relevância entre as temáticas desenvolvidas em OP, principalmente por se tratar de assuntos imprescindíveis à escolha profissional (Soares; Sestren; Ehlke, 2002).

Ademais, Levenfus et al. (2002) afirmam que durante a adolescência é significativo o pouco conhecimento do jovem sobre si e sobre o trabalho, sendo a busca de informação feita de maneira superficial e pouco planejada. Em se tratando do conhecimento profissional, nota-se a falta de informações como empecilho nesse processo, discutindo-se, em diversos artigos, o "não saber" sobre áreas de atuação, cursos profissionalizantes e/ou superiores e mercado de trabalho.

Lucchiari (1993, p. 13) acrescenta que há diversos recursos a serem desenvolvidos com a finalidade de ampliação do conhecimento sobre a realidade profissional, que se diferencia do modo tradicional de pesquisa, favorecendo a participação do adolescente na OP, como: "[...] visita a locais de trabalho, a cursos e laboratórios de pesquisa da universidade; informações sobre currículos; entrevistas com profissionais [...]".

Deste modo, a orientação profissional contribui incentivando o jovem a intensificar a busca por informações dos cursos/profissões de interesse e a ampliar os seus conhecimentos sobre as diversas formações existentes, não se limitando a uma área de interesse. Essa proposta aumenta o conhecimento da realidade profissional que o orientando detém, possibilitando romper com falsas concepções e expectativas sobre determinadas profissões (Lara et al., 2005).

Sendo assim, tendo em vista a decisão por uma área de trabalho, cabe ao orientador profissional impulsioná-la por meio da investigação dos parâmetros de subtração e adição das opções profissionais e o reconhecimento das consequências posteriores à tomada de decisão, com o objetivo de afunilar as preferências e, assim,

subsidiar o aumento da probabilidade de escolha (Moura, 2018). Dessa maneira, o processo de OP tem como base as seguintes realizações:

> [...] a. seleção de uma única opção ou restrição no número de opções consideradas; b. pequena ampliação de número de opções pela consideração de outras possibilidades; c. seleção de critérios mais consistentes de escolha; d. aprendizagem do processo de tomada de decisão; e. aumento dos sentimentos de segurança relacionados à aquisição de habilidades de resolução da situação-problema (Moura, 2018, p. 44).

Desse modo, o orientador profissional, partindo do apoio teórico da Análise do Comportamento, possibilita ao sujeito tornar-se ativo no seu processo e ter condições de analisar os aspectos que norteiam sua decisão. Essas orientações promovem ao jovem orientando o suporte proveitoso para a solução de empecilhos que dificultam a tomada de decisão (Moura, 2018).

Tendo em vista as múltiplas variáveis que permeiam o processo de orientação profissional, identifica-se o compromisso do orientador como um facilitador nesse processo de escolha profissional, colaborando para uma escolha madura e consciente, ao levar o orientando a reconhecer as influências externas que o atravessam, desde o nascimento até o presente. A orientação profissional, ao mediar a reflexão no que se refere à tomada de decisão (Almeida; Pinho, 2008), em teoria, diminui as chances de uma futura frustração, sendo o orientador profissional um importante recurso, atuando como intermediário nesse processo decisório.

Com base no que foi exposto, muito se fala do orientador profissional como facilitador, e entende-se que “facilitar a escolha significa participar auxiliando a pensar, coordenando o processo para que as dificuldades de cada um possam ser formuladas e trabalhadas” (Lucchiari, 1993, p. 12). A responsabilidade de coordenar os procedimentos é de incumbência do orientador por possuir experiências para isso. Contudo, essa noção

de coordenar se diferencia do significado de orientar, pois o facilitador não possui as respostas do que deve ser feito, no entanto, auxilia o orientando a perceber suas alternativas e assim fazer a sua escolha (Lucchiari, 1993).

Considerações finais

Para a maioria das pessoas, a escolha profissional coincide com a adolescência, que está associada às grandes transformações, explorações e descobertas, fase crucial no desenvolvimento de interesses ligados às profissões, os quais se refletem na escolha por uma área de atuação. Além disso, é perceptível, próximo ao término do ensino médio, em consequência das mudanças físicas, biológicas e no campo social, a dificuldade enfrentada pelo adolescente em se encontrar, fato que acompanha o jovem no momento da escolha profissional.

Isso posto, o ambiente escolar é o local onde passam a maior parte da sua vida, e após a conclusão do ensino médio, muitos desses adolescentes terão seu primeiro contato com o mercado de trabalho. Por isso, destaca-se a importância do desenvolvimento de medidas que visem a preparação para o ingresso em atividades ocupacionais, pois, por meio de ações significativas durante esse período de ensino, atinge-se o desenvolvimento de habilidades, autoposicionamento e pensamento crítico, que são fundamentais ao se constituírem tanto como cidadãos, quanto como futuros profissionais atuantes em uma determinada área/carreira.

No momento da escolha profissional, é preciso que o adolescente seja capaz de distinguir todas as variáveis pessoais às quais ele está exposto, como: expectativas dos pais, influências de amigos, professores, família, história de reforçamento para determinadas atividades. Ainda, é imprescindível que ele amplie seu repertório em

relação ao conhecimento das profissões e se exponha à realidade, para ser capaz de relacioná-la às suas características pessoais. E finalmente, ele deve compor as variáveis da tomada da decisão, ou seja, por meio de aprendizagem e de contingências de reforços, precisa estabelecer critérios de inclusão e de exclusão para selecionar e restringir opções profissionais, condição essencial no momento da tomada de decisão.

O orientador profissional, na perspectiva da Análise do Comportamento (AC), é um facilitador, no sentido da ampliação do repertório pessoal de autoconhecimento que tenha relevância para a escolha profissional. Além disso, apresenta possibilidades no repertório de opções profissionais para que o orientando as restrinja, de modo a facilitar a tomada de decisão de forma condizente com seus objetivos e afinidades.

Referências

ABADE, Armindo Meira; ROCHA, Adriana Cristina. O comportamento operante na perspectiva da análise comportamental: uma revisão bibliográfica. **Revista Uningá**, *[S. l.]*, v. 56, n. S1, p. 10–21, 2019. Disponível em: https://revista.uninga.br/uninga/article/view/94. Acesso em: 9 set. 2024.

ALBINO, Aline Beatriz Alvarenga et al. Sensibilização para orientação profissional de jovens do ensino médio: reflexões e relatos de uma experiência. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 4, n. 7, p. 520-537, 19 jul., 2019. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/20771. Acesso em: 9 set. 2024.

ALMEIDA, Maria Elisa Grijó Guahyba de; PINHO, Luís Ventura de. Adolescência, família e escolhas: implicações na orientação profissional. **Psicologia Clínica**, v. 20, n. 2, p. 173-184, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000200013. Acesso em: 9 set. 2024.

BARBOSA-SILVA, Larissa Horácio; PEREIRA, Álvaro Itaúna Schalcher; RIBEIRO, Francisco Adelton Alves. Reflexões sobre os conceitos de adolescência e juventude: uma revisão integrativa. **Revista Prática Docente**, v. 6, n. 1, p. 1-20 e026, 2021. Disponível em: https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/389. Acesso em: 9 set. 2024.

BINOTTO, Erlaine; NAKAYAMA, Marina Keiko. Os reflexos das mudanças no mercado de trabalho. **Read:** Revista Eletrônica de Administração. Porto Alegre. 14ª ed., v. 6, n. 2 (mar/abr 2000), documento eletrônico, 2000. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/19421/000302108.pdf?sequen. Acesso em: 09 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 5 ago. 2023.

CERICATTO, Camila; ALVES, Cássia Ferrazza; PATIAS, Naiana Dapieve. A maturidade para a escolha profissional em adolescentes do ensino médio. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 9, n. 1, p. 22-37, 2017. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpi/v9n1/03.pdf. Acesso em: 9 set. 2024.

COLOMBO, Greice; PRATI, Laíssa Eschiletti. Maturidade para escolha profissional, habilidades sociais e inserção no mercado de trabalho. **Rev. Bras. Orientac. Prof,** São Paulo , v. 15, n. 2, p. 201-212, dez. 2014. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v15n2/10.pdf. Acesso em: 9 set. 2024.

DIAS, Maria Sara de Lima; SOARES, Dulce Helena Penna. Jovem, mostre a sua cara: um estudo das possibilidades e limites da escolha profissional. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 316-331, jun. 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000200012. Acesso em: 9 set. 2024.

FERREIRA, Manuela; NELAS, Paula Batista. Adolescências… Adolescentes. **Millenium -** Journal of Education, Technologies, and Health, n. 32, p. 141-162, 2016. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/8399. Acesso em: 9 set. 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREITAS, Maria Clara de; REIS, Thaize de Souza. Ensaio sobre desenvolvimento humano e análise do comportamento. **Educere et Educare,** *[S. l.]*, v. 12, n. 25, 2017. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/18433. Acesso em: 9 set. 2024.

KRAWULSKI, Edite et al. Re-orientação profissional, orientação e o processo de escolha: notas sobre experiências vividas. **Revista de Ciências Humanas,** n. 28, p. 81-

99, 2000. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/24002/21478/78053. Acesso em: 9 set. 2024.

LARA, Luciane Dianin de et al. O adolescente e a escolha profissional: compreendendo o processo de decisão. **Arq. Ciênc. Saúde Unipar,** Umuarama, v. 9, n. 1, p. 57-61, jan./abr., 2005. Disponível em: https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/1356. Acesso em: 9 set. 2024.

LEVENFUS, Rosane Schotgues et al. **Orientação vocacional ocupacional:** novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LUCCHIARI, Dulce Helena Penna Soares. **Pensando e vivendo a orientação profissional**. 7ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 1993.

MALINA, Robert Marion; BOUCHARD, Claude; BAR-OR, Oded. **Crescimento, maturação e atividade física**. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2009.

MATOS, Maria Amelia. Comportamento governado por regras. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, *[S. l.]*, v. 3, n. 2, p. 51–66, 2001.

MELO-SILVA, Lucy Leal; OLIVEIRA, Josiane Calixto de; COELHO, Reginaldo de Souza. Avaliação da Orientação Profissional no desenvolvimento da maturidade na escolha da profissão. **Psic:** Revista da Vetor Editora, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 44-53, dez. 2002. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psic/v3n2/v3n2a06.pdf. Acesso em: 9 set. 2024.

MESQUITA, Kelânia Freire Martins; NUNES, Albino de Oliveira; SOUZA, Francisco das Chagas Silva. **Relações entre trabalho, educação e sociedade:** uma proposta de intervenção pedagógica.1ª ed. Mossoró, RN: 2019. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/553592/3/Relações%20entre%20Trabalho%2C%20Educação%20e%20Sociedade.pdf. Acesso em: 9 set. 2024.

MOREIRA, Márcio Borges; MEDEIROS, Carlos Augusto de. **Princípios básicos de análise do comportamento.** 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. e-PUB.

MOURA, Cynthia Borges de. **Orientação profissional sob o enfoque da análise do comportamento**. 4ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2018.

NEIVA, Kathia Maria Costa. A maturidade para a escolha profissional: uma comparação entre alunos do ensino médio. **Rev. bras. orientac. prof**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 97-103, dez. 2003. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v4n1-2/v4n1-2a09.pdf. Acesso em: 9 set. 2024.

OLIVEIRA, Rosane Machado de. Revolução Industrial na Inglaterra: Um Novo Cenário na Idade Moderna. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do**

Conhecimento. 7ª ed. Ano 02, v. 01. p. 89-116, 2017. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/revolucao-industrial-na-inglaterra. Acesso em: 9 set. 2024.

SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos. O papel da família e dos pares na escolha profissional.. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 1, p. 57–66, jan./abr., 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/qBqcryfLqbvsnf7y6HkXNrv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 9 set. 2024.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIAS, Maria; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. Adolescência através dos séculos. **Psicologia:** Teoria e Pesquisa, v. 26, n. 2, p. 227-234, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ptp/a/MxhVZGYbrsWtCsN55nSXszh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 9 set. 2024.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIAS, Maria; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 8, n. 1, p. 107–115, jan. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/epsic/a/X5DFFZCZsb4pmrLchTsQVpb/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 9 set. 2024.

SILVA, Andreza Bispo da; COSTA, Antonia Valdelucia. Políticas e programas públicos que oportunizam a inserção do jovem no mercado de trabalho. **Id On Line. Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 13, n. 43, p. 967-981, 2019. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1571/2317. Acesso em: 9 set. 2024.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Ciência e comportamento humano**. Tradução de João Carlos Todorow, Rodolfo Azzi. 11ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SKINNER, Burrhus Frederic. **O comportamento verbal.** Tradução de Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

SOARES, Dulce Helena Penna; SESTREN, Gisele; EHLKE, Sabrina Borges. A influência da percepção dos jovens sobre o mercado de trabalho na escolha profissional. **Revista Contrapontos**, v. 2, n. 2, p. 251-263, 2002. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/download/147/126. Acesso em: 9 set. 2024.

SOUZA, Candida de; SILVA, Daniele Nunes Henrique. Adolescência em Debate: contribuições teóricas à luz da perspectiva histórico-cultural. **Psicologia em estudo**, v. 23, p. 1-12 e35751, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/jKmy5CvDmf7p987ycXnVHPx/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 9 set. 2024.

SPARTA, Mônica. O Desenvolvimento da Orientação Profissional no Brasil. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 1-11, dez, 2003. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v4n1-2/v4n1-2a02.pdf. Acesso em: 9 set. 2024.

STAVASZ, Andressa do Rocio; ANJOS, Diana dos; IWANCZUK, Francieli Dayane. A orientação profissional no contexto da adolescência. **Revista Renovare**, 8.ª ed., v. 1, p. 47-56, 2021. Disponível em: https://book.ugv.edu.br/index.php/renovare/issue/view/87/104. Acesso em: 9 set. 2024.

VALORE, Luciana Albanese; VIARO, Renee Volpato. Profissão e sociedade no projeto de vida de adolescentes em orientação profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 8, n. 2, p. 57-70, 2007. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v8n2/v8n2a06.pdf. Acesso em: 9 set. 2024.